

A etnomusicologia brasileira e a reconstrução da relação sujeito-objeto na pesquisa social

MODALIDADE: COMUNICAÇÃO

SUBÁREA: ETNOMUSICOLOGIA

Victor Neves¹

Universidade Federal do Espírito Santo - victornsouza01@gmail.com

Resumo: A presente comunicação expõe resultados parciais de pesquisa em que se buscaram explicar e compreender tendências no campo da etnomusicologia brasileira a partir de sua localização no quadro histórico mais abrangente em que se pôs o questionamento, no âmbito da pesquisa social, à relação de autoridade e externalidade entre sujeito e objeto.

Palavras-chave: Etnomusicologia. Relação sujeito-objeto. Pesquisa-ação participativa.

Contemporary Brazilian Ethnomusicology and the Reconstruction of the Relation Between Subject and Object in Social Research

Abstract: This paper presents partial results of a research, which sought to explain and understand trends in the field of Brazilian ethnomusicology departing from its location in the broader historical framework of questioning, in the scope of social research, the relationship of authority and externality between subject and object.

Keywords: Ethnomusicology. Relationship subject-object. Participatory-action research.

Ângela Lühning e Rosângela Pereira de Tugny (2017), ao discutirem o lugar da etnomusicologia no cenário brasileiro, localizam sua relação com outras disciplinas afirmando que ela tem mantido, conceitualmente, maior diálogo com a antropologia, ainda que, na vida acadêmica prática, tenha relação mais estreita com a educação musical.

Essa relação, de inspiração conceitual, entre etnomusicologia e antropologia, não deve ser interpretada como a circunscrição de que a antropologia constituiria, para a etnomusicologia, espaço de referência teórica no sentido de fornecer conceitos prontos e acabados, que poderiam ser aproveitados ou instrumentalizados sem mais. A relação é mais profunda e mais ampla: a antropologia, enquanto disciplina na qual a etnomusicologia “inspira-se conceitualmente”, fornece não apenas conceitos, mas problemas, e não apenas problemas de natureza conceitual, mas questões de ordem metodológica e epistemológica que constituem terreno de indagações e pesquisas.

Isso se expressa sinteticamente, por exemplo, na constatação de relações de tensão, que se apresentam quando se sai da esfera acadêmica para a pesquisa de campo junto a setores e grupos culturais da sociedade civil, na medida em que esses grupos se têm tornado cada vez mais críticos a situações em que não assumam, eles próprios, funções de

protagonismo na produção de conhecimento. Questionam, portanto, a posição hegemônica do mundo acadêmico como produtor e validador do conhecimento social (LÜHNING e TUGNY, 2017).

Esse ponto remete diretamente ao debate no campo disciplinar da antropologia, nas últimas décadas. Afinal, aceita-se amplamente, no debate hodierno no âmbito dessa disciplina, a constatação de uma “crise” epistemológico-metodológica, ocorrida no paradigma tradicional do trabalho etnográfico devido à impossibilidade que haveria, no mundo contemporâneo, de continuidade da produção de descrições sobre um “Outro” fixado em uma comunidade circunscrita e atemporal. Essa impossibilidade gesta questionamentos sobre a relação de alteridade entre pesquisador e pesquisados, assim como a busca por novas formas de representatividade (RAPPAPORT, 2007).

Um dos caminhos, proposto por etnógrafos, para superar os impasses em que se expressa aquela crise, tem sido a reorientação da etnografia, que, de descrição, deve passar a constituir, sobretudo, um diálogo ou confrontação entre pesquisador e pesquisados, em que ambos se expressem e aprendam um com o outro. Busca-se, assim, construir uma nova relação sujeito-objeto, fundada sobre uma metodologia etnográfica em colaboração, entendida esta última não apenas no plano da escrita, mas sim da pesquisa tomada em sua processualidade (URIBE, 2002).

Esse diálogo, nos termos enunciados, pressupõe a reconsideração do lugar do pensamento dos pesquisados. Dever-se-ia, assim, tratar de seus pensamentos, de seus discursos, antes como formas paralelas de interpretação do real do que como meros dados a serem aproveitados, abrindo caminho à produção coletiva de veículos conceituais, que sejam fruto da interpenetração entre diferentes concepções de mundo. O pesquisador cumpre o papel, neste caso, de propor aos pesquisados um processo de produção de conhecimento em colaboração ou co-teorização, donde decorre o deslocamento da ênfase da escrita para o trabalho de campo, no qual tem lugar o processo de reconceituação através do diálogo, cuja dimensão de espaço de desenvolvimento progressivo de relações intersubjetivas passa a ser enfatizada (RAPPAPORT, 2007).

Essa posição teórica – plena de implicações práticas – veio a se combinar, coerentemente, à crítica feita ao trabalho etnográfico tradicional, tido enquanto conjunto de técnicas de pesquisa voltadas ao reforço de relações de dominação política e subalternização cultural de certos grupos sociais (ou povos inteiros) por outros. Essa crítica parte de certas considerações de ordem historiográfica, a saber: a de que essas técnicas foram desenvolvidas no contexto do processo colonial; a de que foram criadas no âmbito de potências

colonizadoras; a de que serviram, ao longo de sua história, aos interesses dessas potências; e, finalmente, a de que isso teria se manifestado, em termos metodológicos, na posição do pesquisador enquanto autoridade máxima e inquestionável da pesquisa, detendo completamente seu controle (URIBE, 2002; 2007).

A crítica que vem de ser referida se faz acompanhar de propostas de superação do problema. A elevação da etnografia a outra condição, que não a de sofisticado instrumento de dominação, exigiria que ela passasse às mãos dos dominados em seu movimento emancipatório, o que requereria o revolucionamento das técnicas de trabalho, resultando em que o pesquisador deixe de ser o único sujeito do processo de pesquisa. Uribe (2007) sustenta que isso pode ser obtido através da articulação entre os seguintes pontos: valorização dos conceitos, das interpretações, que os pesquisados dão de si mesmos; deslocamento do centro decisório dos rumos da pesquisa, que deve passar aos pesquisados; imersão do pesquisador no universo vivo dos pesquisados, de modo a que aquele experimente e se aproprie das condições de vida destes, e de seu modo de pensar e conceituar, *colhendo os conceitos na vida*.

Essa proposta é, também ela, plena de consequências práticas, dentre as quais cabe destacar duas. A primeira é que as formas de conhecimento dos etnografados devem ser o eixo articulador do processo de pesquisa, em confronto com o qual as posições do etnógrafo devem “validar-se, depurar-se e amalgamar-se para dar origem a concepções, métodos e procedimentos [...] úteis à transformação da realidade” (URIBE, 2002). A segunda é que o etnógrafo deve trabalhar *paralelamente* as dimensões teóricas e práticas da pesquisa: nesse caso, o trabalho de campo consiste ao mesmo tempo em coleta de informações, análise, formulação teórica, e retorno à realidade prática dos pesquisados (URIBE, 2007).

Note-se que há um eixo em torno do qual gravitam, tanto a constatação da “crise” da etnografia tradicional, quanto o questionamento a seu caráter de instrumento de dominação, assim como as propostas de resposta oferecidas: trata-se do *questionamento à autoridade do pesquisador*, fundada sobre a presunção de sua *externalidade e superioridade* em relação aos grupos pesquisados.

Quanto à afirmação da externalidade do sujeito em relação ao objeto na ciência social, sabe-se que se trata de herança do pensamento positivista, que subsume a objetividade do saber nesse campo a uma suposta neutralidade do pesquisador, a ser atingida mediante a adoção de um conjunto pré-estabelecido de regras – dentre as quais a assunção durkheimiana da exterioridade do fato social em relação àquele que o inquire. Essa exigência deriva de certa concepção da própria vida social, que estabelece, para ela, a existência de regularidades fixas que escapariam à intervenção consciente dos sujeitos historicamente constituídos,

naturalizando-a (DURKHEIM, [1895] 2007).

Criticar tal concepção colide contra o mito da superioridade do pesquisador, manifesta na presunção de sua neutralidade e na aceitação de sua autoridade como único enunciador. Afinal, sabe-se que a peculiaridade das ciências sociais, em relação às naturais, reside, antes de mais, na especificidade da própria vida social: a teleologia funda a existência propriamente social, que, fazendo parte da existência natural, dela se diferencia. Daí vem a insistência weberiana quanto à consideração dos móveis subjetivos no estudo da ação social: uma ciência social que não os leve em conta carece de elementos para apreender aspectos importantes, não apenas de seu objeto, mas da relação pesquisador-pesquisados, inerente ao trabalho prospectivo. Isso é especialmente verdadeiro na medida em que o próprio estudioso forma parte de um universo em que se confrontam interesses contraditórios, inclusive os seus e os dos grupos sociais com os quais interage, a alguns dos quais se liga, a outros dos quais pode vir a se opor (WEBER, [1904] 2003; LÖWY, [1985] 1995).

A menção a Weber e Durkheim não apareceu aqui fortuitamente. É que o questionamento em exame não é, nem foi, exclusivo da antropologia. Atendo-nos exclusivamente ao caso brasileiro, podemos afirmar, com segurança, que ele também compareceu com grande força na sociologia, na ciência política e na história (e, em menor medida, na filosofia) nas últimas décadas do século XX. O fenômeno pode ser constatado em trabalhos de sistematização do desenvolvimento do pensamento social brasileiro no período (PERRUSO, 2004, 2008, 2009), mas, também, em textos de diversos autores de destaque, em cada uma das áreas mencionadas (WEFFORT, 1972 e 1978; LOPES, 1976 e 2011; MUNAKATA, 1980 e 2010; CHAUI, 1981 e 1988; DURHAM, 1986; SADER e PAOLI, 1986; SADER, 1988).

Nas diferentes disciplinas, a linha de argumentação foi fundamentalmente a mesma². Pode ser sumariada, esquematicamente, assim: primeiro, apontou-se que as diferentes disciplinas no campo do pensamento social vinham, anteriormente aos anos 1960-1970, trabalhando com categorias que não procediam dos grupos pesquisados, tratando-os meramente como objeto, e não sujeitos, da pesquisa; segundo, criticou-se o fato de que certas características dos grupos pesquisados apareciam como negatividade, ou “ausência de” algo que o pesquisador supunha trazer ao grupo “de fora” (por exemplo, o conhecimento, ou identidades); terceiro, advogou-se que essa postura deveria ser superada por outra, dialógica, em que o processo de pesquisa, não apenas, levasse em conta o que os pesquisados pensam de si mesmos, mas também elevasse esse pensar-se à condição de interpretação global, posicionada no mesmo nível das teorias empregadas pelo pesquisador, posto em diálogo e

confrontação com elas.

Isso levou a certo questionamento da absolutização das leis, dos conceitos, da conversão de definições em dogmas, que estaria transformando a teoria social em um fetiche, como se pode ver na passagem a seguir:

Não foram poucos os casos nos quais os investigadores, por falta de clareza nos marcos de referência e rigidez conceitual nos métodos, queriam ver no terreno, como se tivessem vida própria, leis tais qual a da “reprodução ampliada na expansão capitalista” e a da “correspondência entre estrutura e superestrutura”, ou aplicar facilmente conceitos complexos como autogestão e colonialismo; ou confirmar definições amplas como a de setor médio, latifúndio e dependência, para ter como resultado que, naturalmente, elas saíssem mediatizadas, incompletas, disformes e, às vezes, contraditas na prática. No caso das definições, muitas resultaram tautológicas, ou seja, impossíveis de conceber sem seus componentes reais dados, com o que pouco se ganhou em termos de poder de análise. (FALS-BORDA, 1978, p. 09. Tradução nossa).

Tal questionamento se articulou à reflexão sobre: aproveitamento dos resultados do trabalho de pesquisa; importância de seu retorno aos pesquisados; seu emprego no processo de luta pela melhoria das condições de vida destes últimos. Em diversos países da América Latina, a constatação da relação entre pesquisa social e luta política foi um passo, não negligenciável, na elaboração de propostas de pesquisa comprometidas com a superação do paradigma tradicional, geral, de pesquisa social (e, com ele, da “crise” da etnografia tradicional). Ela também esteve associada ao combate à possibilidade de sua instrumentalização por parte de grupos interessados na manutenção de relações de dominação sobre os setores pesquisados. Esse aspecto reforçou a refutação do mito da externalidade do pesquisador social em relação ao objeto de sua pesquisa, assim como contribuiu para abalar os alicerces teóricos sobre os quais repousava, sob a forma de autoridade acadêmica, sua suposta superioridade (FALS-BORDA, 1978; SADER e PAOLI, 1986; PERRUSO, 2009).

A isso seguiu-se, ainda tomando-se em conta o campo mais amplo da pesquisa social, a discussão sobre a relação entre pesquisador, pesquisa e interesses dos grupos pesquisados³. Os móveis da pesquisa seriam condicionados pelos interesses imediatos dos pesquisados? Mas, sendo assim, como defini-los? Certa interpretação, muito difundida, do problema, apontou uma saída. Por um lado, o senso comum vigente na cotidianidade expressaria formas de saber, sendo valioso e necessário como momento da práxis emancipadora, na medida em que possuiria um “núcleo sadio [...] que merece ser desenvolvido e tornado unitário e coerente”, o *bom senso* (GRAMSCI, [1932-1933], Q. 11, §1, p. 1380). Por outro lado, a mera aceitação e submissão a ele, por parte do pesquisador, não permitiria sua articulação ao conhecimento teórico-científico, e a consequente produção de uma síntese que poderia, por sua vez, retornar como instrumento nas campanhas de defesa dos

próprios interesses dos grupos e segmentos com os quais o pesquisador se comprometia (FALS-BORDA, 1978; SADER, 1988).

A evolução da disciplina da etnomusicologia no Brasil pode ser situada, juntamente a outros fatores que aqui não puderam ser considerados, no quadro latino-americano de crítica à pesquisa social tradicional e de busca pela construção de uma práxis renovadora, que vem de ser, sumariamente, exposto. Tal localização pode ajudar a explicar e compreender o recurso, por parte dos etnomusicólogos brasileiros, a categorias e preocupações caras aos autores críticos dos limites da pesquisa social e do trabalho etnográfico tradicional, visível a partir do estudo de textos publicados e do acompanhamento do andamento recente de pesquisas na área (LÜHNING, 2014; LÜHNING e TUGNY (orgs.), 2017; CAMBRIA, 2004; ARAÚJO, PAZ e CAMBRIA (org.), 2008; ARAÚJO, 2007, 2008, 2009 e 2011). Pode ajudar, também, a compreender o desenvolvimento e a repercussão, no interior da disciplina, de trabalhos vinculados à metodologia de pesquisa chamada por Michel Thiollent (2004) de “pesquisa-ação participativa”.

Referências:

ARAÚJO, Samuel. Entrevista com Samuel Araújo. In: *Música e Cultura*, nº 02, pp. 01-09. Florianópolis: UFSC, 2007.

_____. From neutrality to praxis: the shifting politics of ethnomusicology in the contemporary world. In: PETTAN, Svanibor; BARBO, Matjaž (eds.). *MUZIKOLOŠKI ZBORNIK / Musicological Annual*, vol. 01, pp. 13-30. Ljubljana: Oddelek za muzikologijo Filozofske fakultete Univerze v Ljubljani, 2008.

_____. Diversidade e desigualdade entre pesquisadores e pesquisados. Considerações teórico-metodológicas a partir da etnomusicologia. In: *Desigualdade e diversidade*, nº 04, pp. 173-191. Rio de Janeiro: PUC, janeiro-junho de 2009.

_____. *Etnomusicologia e debate público sobre a música no Brasil hoje: polifonia ou cacofonia?* In: *Música e Cultura*, nº 06, pp. 17-27. Florianópolis: UFSC, 2011.

ARAÚJO, Samuel et al. Conflict and violence as theoretical tools in present-day ethnomusicology: notes on a dialogic ethnography of sound practices in Rio de Janeiro. In: *Ethnomusicology*, vol. 50, nº 02, 50th anniversary commemorative issue, pp. 287-313. Urbana: University of Illinois Press, 2006.

_____. Sound praxis: music, politics and violence in Brazil. In: O'CONNELL, John; CASTELO-BRANCO, Salwa (eds.). *Music and conflict*, pp. 217-231. Urbana: University of Illinois Press, 2010.

ARAÚJO, Samuel; PAZ, Gaspar; CAMBRIA, Vincenzo (orgs.). *Música em debate: perspectivas interdisciplinares*. Rio de Janeiro: Mauad X / FAPERJ, 2008.

CAMBRIA, Vincenzo. No balanço da Maré: reflexões em torno de uma experiência de “etnomusicologia participativa”. In: ENABET, II, 2004, Salvador / UFBA. *Anais do II ENABET*. Salvador: UFBA / ABET, 2004, pp. 806-814.

- CHAUÍ, Marilena. *Cultura e democracia*. São Paulo: Moderna, 1981.
- _____. Apresentação. In: SADER, Éder. *Quando novos personagens entraram em cena*. Pp. 09-16. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- DURHAM, Eunice. A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas. In: CARDOSO, Ruth. *A aventura antropológica: teoria e pesquisa*. Pp. 17-38. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, [1895] 2007.
- FALS-BORDA, Orlando. *Por la praxis: el problema de como investigar la realidad para transformarla*. Bogotá: Federación para el análisis de la realidad colombiana, 1978.
- GRAMSCI, Antonio. *Quaderni del Carcere*. Edizione Critica. 4 vol., Seconda Edizione. Torino: Einaudi, [1929-1935] 1977.
- LOPES, José Sérgio Leite. *Vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- _____. *Memória e transformação social: trabalhadores de cidades industriais*. In: *Mana*, vol. 17, nº 03, pp. 583-606. Rio de Janeiro: PPGAS / Museu Nacional / UFRJ, 2011.
- LÖWY, Michael. *Ideologias e ciência social*. São Paulo: Cortez, [1985] 1995.
- LÜHNING, Ângela. *Temas emergentes da etnomusicologia brasileira e seus compromissos sociais*. In: *Música em perspectiva*, v. 7, nº 02, pp. 07-25. Curitiba: UFPR, 2014.
- LÜHING, Ângela e TUGNY, Rosângela Pereira de (orgs.). *Etnomusicologia no Brasil*. Salvador: EdUFBA, 2017.
- LÜHNING, Ângela; TUGNY, Rosângela Pereira de. *Etnomusicologia no Brasil: reflexões introdutórias*. In: LÜHING, Ângela e TUGNY, Rosângela Pereira de (orgs.). *Etnomusicologia no Brasil*. Salvador: EdUFBA, 2017.
- MUNAKATA, Kazumi. O lugar do movimento operário. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, IV, São Paulo, 1980. *Anais do IV Encontro Regional de História de São Paulo / Movimentos Sociais*. Araraquara: ANPUH/UNESP, 1980.
- _____. O lugar do movimento operário: o lugar e o tempo de “O lugar do movimento operário”, 30 anos depois. In: *História e perspectivas*, nº 43, julho-dezembro de 2010, pp. 09-18. Uberlândia, 2010.
- PERRUSO, Marco Antonio. Intelectuais, movimentos sociais e pensamento social brasileiro. In: *Sociedade e cultura*, vol. 7, n. 02, julho-dezembro de 2004, pp. 139-150. Goiânia: UFG, 2004.
- _____. *Em busca do “novo”: intelectuais brasileiros e movimentos populares nos anos 1970-80*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 2008.
- _____. *Em busca do “novo”: intelectuais brasileiros e movimentos populares nos anos 1970-80*. São Paulo: Anablume, 2009.

RAPPAPORT, Joanne. *Más allá de la escritura: la epistemología de la etnografía en colaboración*. In: *Revista Colombiana de Antropología*, pp. 197-229. Bogotá: [s.e.], enero-diciembre 2007.

SADER, Éder; PAOLI, Maria Célia. Sobre “classes populares” no pensamento sociológico brasileiro. In: CARDOSO, Ruth. *A aventura antropológica: teoria e pesquisa*. Pp. 39-68. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

SADER, Éder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

THIOLLENT, Michel. *Perspectiva da pesquisa-ação em etnomusicologia: anotações e primeiras indagações*. In: ARAÚJO, Samuel; PAZ, Gaspar; CAMBRIA, Vincenzo (orgs.). *Música em debate: perspectivas interdisciplinares*, pp. 189-198. Rio de Janeiro: Mauad X / FAPERJ, 2008.

URIBE, Luis Guillermo Vasco. *En busca de una vía metodológica propia: replanteamiento del trabajo de campo y la escritura etnográficos*. Edição digital. In: *Entre selva y páramo. Viviendo y pensando la lucha india*. Bogotá: Instituto Colombiano de Antropología e Historia, 2002.

_____. *Así es mi método en etnografía*. In: *Tabula Rasa*, nº 06, pp. 19-52. Bogotá: Universidad Colegio Mayor de Cundinamarca, enero-junio 2007.

WEBER, Max. *A questão da “objetividade” nas ciências sociais*. In: COHN, Gabriel (org.). *Max Weber*. Coleção Grandes Cientistas Sociais / Sociologia, pp. 79-127. São Paulo: Ática, [1904] 2003.

WEFFORT, Francisco. *Participação e conflito industrial: Contagem e Osasco 1968*. Caderno CEBRAP, nº 05. São Paulo: CEBRAP, 1972.

_____. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

Notas

¹ Professor Adjunto A na UFES / Departamento de Teoria da Arte e Música / Área de Música. Graduado em Composição pela Escola de Música da UFRJ, 2007. Mestre em Política Social / Serviço Social pela Escola de Serviço Social da UFRJ, 2010. Livre-pesquisador na Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais (Paris), 2013-2014. Doutor em Teoria Social / Serviço Social pela Escola de Serviço Social, 2016. Áreas de atuação, na música: violão; arranjo; análise; história contemporânea (1900-hoje); relação música-sociedade. Para além da música: crítica da cultura; teoria política; teoria social.

² Temos consciência da inevitável simplificação que acompanha, em tão pouco espaço, a tentativa de subsumir o desenvolvimento de diferentes disciplinas sob a noção de “pensamento social”. Entretanto, o procedimento se justifica na medida em que permite lançar luz sobre uma tendência geral, que marca a evolução das disciplinas enumeradas no último meio século. Deve ser seguido pela consideração, que não poderá ser feita aqui, das especificidades de cada uma, de seus acervos categorias, das lógicas pertinentes a cada campo disciplinar etc.

³ O exame aprofundado de tal linha argumentativa deve passar pela consideração da incidência da problemática da democratização, das sociedades e das relações, sobre a pesquisa social, a partir dos anos 1960-1970. Um exemplo é o da força adquirida pelo pensamento gramsciano, na Europa e na América Latina, em diferentes disciplinas no âmbito do pensamento social, dos anos 1970-1980 em diante – mas há outros, antes e depois.